

Nação, cultura e desenvolvimento na concepção dos intelectuais isebianos.

*Maria Emilia Prado**

RESUMO.

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão teórica a respeito do papel dos intelectuais no Brasil a partir da análise do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, destacando-se especialmente as reflexões feitas por Hélio Jaguaribe e Roland Corbusier, respectivamente idealizador e diretor do ISEB na segunda metade da década de 1950, no tocante às temáticas da nação e do desenvolvimento. Para isto serão objeto de análise os conceitos de cultura, nação e desenvolvimento apresentados em alguns trabalhos produzidos por esses intelectuais no período de 1955-60. Esta análise será feita adotando-se uma abordagem metodológica onde os escritos serão compreendidos a partir do tempo histórico em que foram produzidos, buscando inseri-los na tradição intelectual brasileira.

Palavras chave: intelectuais, nação, desenvolvimento, política.

Abstract

This work intends to participate in the theoretical discussion about the role of intellectuals in Brazil, starting with the analysis done by the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) focusing particularly the thought of Hélio Jaguaribe and Roland Corbusier regarding the subject of development. We will analyze the meaning of the concepts of integration and development in some of the works produced by Jaguaribe from 1955 until 1970.

Kay words- intellectuals, nation, development, politic.

A questão nacional tem sido um tema recorrente nas reflexões e nas análises feitas pelos intelectuais que buscam, há muito, encontrar os meios necessários para que possa ser estabelecida no Brasil uma ordem liberal, com a conseqüente instauração do capitalismo. Neste sentido, é possível encontrar os que defendiam que esta ordem deveria ser democrática e os que apenas buscavam a modernização do país, mas sem preocupação com o exercício dos direitos políticos. De toda maneira, a temática dos direitos em seus diferentes aspectos- civil, político e social- esteve no cerne das reflexões intelectuais (PRADO,2002:79-94).

* Este trabalho é parte do projeto de pós-doutoramento sênior/CNPq. Profª Titular de História do Brasil. Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Na década de 1950 um conjunto de intelectuais reuniu-se no Rio de Janeiro (na localidade de Itatiaia) em torno de Hélio Jaguaribe para discutir temas relacionados ao atraso do Brasil diante dos países centrais. Este grupo de intelectuais conhecido pela denominação de *grupo de Itatiaia*, tendo dentre eles, os filósofos R. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e o cientista político Cândido Mendes de Almeida, comporia, a partir de 1955, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A finalidade do ISEB era o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para a análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional.

A temática do desenvolvimentismo constituiu-se na tônica do governo Juscelino Kubitschek (JK) e do decênio de 1950. Na realidade, porém, a busca por fornecer os meios para estabelecer no Brasil as bases para a criação de um sistema industrial principiara-se na década de 1930 com o governo Getúlio Vargas. Este se constituiu no primeiro momento significativo de inflexão na sociedade e na economia do Brasil, já que lenta e continuamente ia-se introduzindo no país uma lógica urbana e industrial.

Na década de 1930 o governo Vargas estabelecia no Brasil, mediante ação de um Estado forte, os mecanismos para implantação da indústria de base. Ao mesmo tempo intelectuais como Azevedo Amaral fazia a defesa do programa industrial como o único capaz de conduzir o país na estrada do desenvolvimento (AMARAL, 1935). Ao final dos anos de 1940 a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) representava a hegemonia deste novo paradigma, cujo conceito chave era industrialização.

Nos domínios da política iniciava-se o populismo ou o trabalhismo como recurso de poder utilizado tanto por políticos adeptos do modelo democrata quanto por adeptos do autoritarismo. Vargas em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou presidente eleito, tratou de construir as bases para implantação desse parque industrial ao mesmo tempo em que procurava, também, cuidar do controle social e sindical. Dessa forma, quando se encerra o segundo governo de Vargas (1951-1954), o Brasil já se encontrava bastante transformado. Caminhava, a passos largos, para o fim da predominância do mundo rural, ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo extremamente desordenado. O Brasil passava por um intenso processo de modernização nos planos político e econômico (MARANHÃO, 1988 e BENEVIDES, 1976).

Com fim da segunda guerra mundial a palavra de ordem passava cada vez mais a ser mudança, então entendida como produzida pelo processo de industrialização. A idéia de progresso era substituída pela de desenvolvimento e este era sinônimo de atividade industrial. Na realidade, desde a crise de 1929 que os intelectuais não apenas no Brasil mas em toda a América Latina foram tomados pelo afã modernizador. No dizer de Eduardo Devés Valdés

la crisis mundial que comenzó em 1929 fui um importante catalizador de esos afanes modernizadores y lês otorgaba um desafio manifiesto: superar la miséria y la vulnerabilidad de lãs economias latinoamericanas. El nacionalismo fue sin Duda uma respuesta a este desafio, que se enmarcó dentro Del paradigma identitario existente” (VALDÉS, 2000: 287-288).

Quando do suicídio de Vargas, em 1954, o Brasil era regido por uma constituição liberal, onde havia a valorização do poder legislativo e liberdade de imprensa. É bem verdade que as liberdades políticas se encontravam ainda bastante limitadas no tocante ao sindicalismo e as organizações de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, foi posto na clandestinidade desde 1948. Isto não impediu, no entanto, que seus integrantes continuassem na cena política mediante ligações com outros partidos. No interior deste quadro ocorreu a campanha de JK à presidência da república. Neste momento, duas forças políticas se enfrentavam. De um lado o varguismo e de outro a oposição representada pela UDN (União Democrática Nacional). O grupo oposicionista tinha no jornalista Carlos Lacerda, um dos seus líderes. Juscelino sabia que sua eleição dependia da consolidação de uma aliança forte e dessa maneira costurou com o PTB o acordo político que levou a indicação de João Goulart para a vice-presidência. A aliança fez-se, então, entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desagradou os meios militares, de modo que o quadro eleitoral se tornou mais complexo com a entrada de novas candidaturas. A eleição, afinal, ocorreu em 3 de outubro de 1955 e Juscelino ganhou com uma percentagem de 33,82% dos votos válidos.

Juscelino procurou traçar os rumos de seu governo oferecendo ao país uma agenda destinada a acelerar o processo de transformação. A temática do desenvolvimentismo constituiu-se na tônica do governo Juscelino Kubitschek (JK) e do decênio de 1950. O clima de liberdade, então reinante, facilitava a aceitação, por parte da população, do “Plano de Metas”- programa econômico e de planejamento voltado para acelerar o desenvolvimento do país. Herdara Juscelino do governo Vargas um conjunto de instituições e agências voltadas à

promoção do desenvolvimentismo, dentre elas: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (depois transformado em BNDES), a Petrobrás e outros, de caráter setorial ou regional, tais como: o Banco do Nordeste e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Em meio a este cenário nascia o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que se originou no conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, que decidiram se reunir com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de “Grupo de Itatiaia”. Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado inicialmente o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que funcionava na rua do Ouvidor no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos sobre História, Sociologia e Política nacionais que funcionavam no auditório do Ministério da Educação.

O ISEB foi criado posteriormente em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 37.608 que o vinculou ao Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente objetivava o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais. Pretendia-se também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o ISEB passaria a ter por sede o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55 em Botafogo.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrand e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Esses intelectuais se caracterizavam por seu papel como intelectuais públicos e também por seguirem a marca da intelectualidade latino-americana e brasileira em especial, qual seja a preocupa o com identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolu o da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado.

Logo após sua funda o o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à forma o da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econ mico as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas

idéias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Em março de 1957 a direção do ISEB organizou, na cidade de São Paulo, um ciclo de conferências sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio, mas começou a incomodar diversos segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que integravam o ISEB a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira (JAGUARIBE, 1958)*, onde defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

NACIONALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E INTEGRAÇÃO.

A concepção nacionalista de Jaguaribe presente desde a publicação em 1958, de *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, caracteriza-se por inserir o nacional no universal. Dito de outra forma, a preocupação com o destino do país (nacional) não está dissociada de um compromisso com o universal. Nesse sentido, seus estudos a respeito do desenvolvimento político do Brasil ocorrem, em maior ou menor escala, a partir de uma perspectiva de política comparada. Tomando por base a experiência histórica de outros países, procura descobrir o que poderia ser útil ao Brasil. Esta temática está presente, por exemplo, em *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* publicado em 1962.

O nacionalismo de Jaguaribe é construído também a partir da inserção do Brasil - país de dimensões continentais - dentro do contexto latino-americano e de modo mais particular sul-americano que constituem as circunstâncias brasileiras. Parte importante de seu trabalho intelectual está dedicada às reflexões sobre a temática do relacionamento do Brasil com a América Latina. Nesse sentido é importante destacar os seguintes livros: *Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano (1967): Ciência y Tecnologia em el contexto sócio-*

economico de América Latina (1971); *Political Development. A general theory and a Latin American case study* (1973); *O Brasil e o Plano Busch: oportunidades e riscos numa future integração das Américas* (1991), *El Estado em América Latina* (1995). Ao mesmo tempo, Jaguaribe não descuida de compreender o Brasil bem como a América Latina a partir de suas inserções no sistema internacional, que se caracteriza pela distribuição assimétrica do poder, onde as grandes potências têm um papel decisivo na configuração do mundo.

Dessa forma, para compreensão das possibilidades de um projeto brasileiro e latino-americano, era imprescindível a análise das condições do sistema internacional à época. Parte dos estudos de Jaguaribe foi dedicada à análise da política externa brasileira bem como de temas pertinentes à inserção do Brasil no Mercosul. A viabilidade nacional e a permissibilidade internacional são os dois eixos que orientaram suas reflexões. A análise da trajetória de um país em direção à autonomia só pode ser feita, então, caso esteja conjugada a do processo internacional.

No tocante ao significado do conceito de desenvolvimento para Hélio Jaguaribe ele o definia a partir do tempo histórico e comparativamente com outras sociedades e culturas nesse mesmo tempo. Dessa forma, desenvolvimento não era um conceito estático, em sua concepção, e o conteúdo podia sofrer alterações de acordo com o tempo. Por outro lado, é importante frisar que o diagnóstico a respeito do grau de desenvolvimento de uma sociedade só podia ser feito de modo comparativo com outras sociedades, mas dentro de um mesmo sistema cultural. Jaguaribe afirma ao longo de seus diversos livros onde discute a temática do desenvolvimentismo que a comparação só pode se dar em sociedades que adotam um mesmo sistema cultural, posto que sociedades distintas culturalmente possuem também distintas concepções a respeito dos objetivos do homem bem como da sociedade. Ele adverte sobre a impossibilidade do que se entende por desenvolvimento no Ocidente, por exemplo, ser aplicado a culturas do Extremo Oriente.

Desenvolvimento consiste na melhor forma de utilização dos meios disponíveis numa determinada cultura e no interior de um tempo histórico, para atender as necessidades desta sociedade em correspondência com os recursos humanos e materiais de que dispõe. Subdesenvolvimento ocorre, portanto, quando não se aplicam os meios disponíveis para atender as necessidades de uma determinada sociedade. Para Jaguaribe a escassez de recursos naturais ou populacional não justificam a vigência do subdesenvolvimento que está relacionado à uma carência de racionalidade pública. No caso das sociedades ocidentais, o subdesenvolvimento seria produto de uma disfunção na relação elite-massa. No caso do Brasil, assim como de muitas outras sociedades especialmente as latino-americanas, as elites

não buscaram orientar seus interesses numa direção otimizante para o conjunto da sociedade. Além disso, elas têm um custo de sustentação extremamente alto para a sociedade, e dessa forma elas contribuem para privar a sociedade das condições para inversões reprodutivas o que resulta no estancamento social.

No caso específico do Brasil que era até 1950 uma sociedade agrária baseada na lavoura tropical, as elites buscaram minimizar os custos da produção, em especial no tocante à mão de obra que escrava ao longo do século XIX e livre após 1888 mas mantida em níveis bastante estritos de subsistência e deseducada. Constituíam-se assim, numa mão de obra extremamente barata e pouco cônica de seus direitos. Com isto, maximizava os lucros da lavoura, cujo preço do produto independia dos produtores, já que era fixado no exterior. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado por Jaguaribe desde seus primeiros escritos à época do funcionamento do ISEB buscava conjugar a constituição de um processo de industrialização, capaz de diminuir o peso da economia agrária acompanhado por um processo educacional. É preciso lembrar que o ISEB possuía quatro diretorias e uma delas dedicada à Pedagogia.

Procurava apontar a necessidade da adoção pelo Estado de uma política econômica e social capaz de conduzir o processo de desenvolvimento de modo a encaminhar o impasse entre uma estrutura social que esgotara seus limites de racionalidade e as aspirações sociais de melhores condições de vida. A burguesia urbana que deveria dirigir esse processo havia perdido essa possibilidade tendo se transformado, na concepção de Jaguaribe, em mera e simples classe dominante. Nessas circunstâncias, haveria a necessidade da intermediação feita através de uma ideologia capaz de substituir o papel que a burguesia não tinha condições de cumprir. A essa ideologia competia o papel de responder pelo coletivo da sociedade no Brasil da década de 1950.

Jaguaribe acreditava, e nessa questão seu pensamento não se diferenciava daquele expresso por outros isebianos, que o projeto nacional desenvolvimentista só poderia ser realizado através de uma mobilização nacional de grande proporção, que teria por sustentáculo a aliança de classes. Única forma de se deter o predomínio dos grandes latifundiários e dos exportadores de matéria prima. A posição que adotava não implicava em se posicionar contrariamente aos exportadores, mas, sim indicava a necessidade de se empreender esforços para implantar uma política de substituição de importações. Gerar uma “classe média” com mentalidade industrial, além de um operariado industrial que se colocasse em condições de deter e mesmo reduzir o peso do latifúndio-mercantilista. Para que esta proposta fosse viável, acreditava-se ser imprescindível uma ampla mobilização nacional.

BIBLIOGRAFIA.

AMARAL, Azevedo. *A Evolução Política do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.

BENEVIDES, Maria Vitoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

JAGUARIBE, Hélio . *O Nacionalismo na realidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

MARANHÃO, Ricardo Maranhão. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense , 1988.

PRADO, Maria Emilia “O significado da liberdade nos propagandistas da república” *Revista do IHGB*,n.401, 2002, p.79-94.

VALDÉS, Eduardo Deves . *Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900-1950). El pensamiento latinoamericano em el siglo XX. Entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos, 2000.